

Coluna do Castello

Em votação, o arcaico e o novo

A Comissão de Sistematização da Constituinte é uma caixa preta. É capaz de produzir, como se viu, a inesperada, inconsequente e tola decisão de nacionalizar a distribuição de derivados de petróleo, para, no mesmo dia, tecer a obra de arte política que foi o sensato acordo que aprovou a reforma agrária. Como toda caixa preta, primeiro tem que ser aberta para que se possa decifrar seu conteúdo. Amanhã, quando mais uma vez se abrir, o presidente José Sarney recolherá um importante indício sobre o futuro do seu governo.

Um elenco poderoso de fatores atua para que a comissão conceda os cinco anos de mandato que Sarney tanto quer. Um dos fatores é o próprio presidente da República com seu arsenal de favores a distribuir e de pressões a exercer. Por mais fraco, política e administrativamente, que esteja o presidente, seu cargo concentra tamanha força que ele não pode, e não deve, ser subestimado. Os quase 20 anos de parlamento ensinaram a Sarney como lidar com deputados e senadores, obrigados a agirem de olho na próxima eleição.

Querem todos se reeleger, o que é natural; se possível, governar seus estados ou presidir a República. Muitos enxergam o exercício do mandato como o meio mais rápido e seguro de fazer alguma fortuna. O subdesenvolvimento político, econômico e cultural do país ajuda a explicar, em parte, a baixa qualidade dos políticos brasileiros. Aos poucos, a população parece se dar conta disso. É sintomático que as pesquisas indiquem um alto grau de rejeição à maioria dos líderes políticos ora em evidência. A rejeição tem sido maior que a aceitação, salvo em raros casos.

O confronto entre o moderno e o arcaico pode ter estado na raiz, por exemplo, do fracasso do Plano Cruzado. O presidente Sarney adotou o plano como uma solução de desespero em defesa de um mandato ameaçado pela crise política e pelo descontrole da inflação. O que sugeria ser o moderno foi derrotado em seguida, de um lado, pela incompetência dos que o administraram no aspecto econômico — do outro, pela desastrosa gerência política encarregada de sustentá-lo. Os políticos, em geral, encarnam a face arcaica, resistente às mudanças, de um país modernizado em outras áreas.

No esforço para assegurar cinco anos de mandato, Sarney investe no antigo e aposta no sucesso de uma estratégia que se baseia no atendimento a interesses específicos, individuais, de alcance limitado e de matiz paroquial. As denúncias de troca de votos por emissoras de televisão, empregos para correligionários e verbas para pequenas obras fere os brios de uma fátia saudável da Constituinte, pode inibir alguns dos contemplados com favores mas produz inveja em muitos parlamentares que não tiveram ainda suas graças satisfeitas.

Acompanha o favor concedido no ataque, a pressão no particular. O general Reinaldo Melo de Almeida, ocupado agora como executivo de um grupo empresarial, disparou telefonemas para alguns constituintes aconselhando-os a votarem no mandato de cinco anos e admitindo que isso é de interesse do ministro do Exército. Melo de Almeida foi padrinho de espada e responsável, de certo modo, pela promoção do atual ministro do Exército a general. Surpreendido por um telefonema do ministro das Comunicações, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) queixou-se da desatenção de Sarney. Antecipadamente, um gentil e atencioso presidente telefonou para Adolfo e pediu seu voto.

O ministro Aureliano Chaves saiu à caça de apoios para Sarney, capturando o deputado Oscar Correia, de Minas, na indecisão entre os quatro e os cinco anos de mandato. O voto da deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ), tido e havido dentro do seu partido como favorável aos quatro anos, evoluiu — no caso dela, por coerência, como justifica — para a emenda que sugere eleições gerais em 1988. A derrota da emenda levará a deputada a votar em seis anos de mandato.

Ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que por isso votará nos cinco anos, o presidente garantiu que aceitará o parlamentarismo clássico a partir do próximo ano. A política de confiança e a seus assessores, Sarney jura que se empenhará, quando o projeto de Constituição for votado no plenário da Constituinte, em derrotar o parlamentarismo e manter o presidencialismo como sistema de governo. O medo de disputar uma eleição em 1988 poderá levar uma parte do PMDB parlamentarista a votar nos cinco anos sob a desculpa de que os quatro anos favorece o presidencialismo.

Ficará em ebulição, pois como se vê, a caixa preta da Constituinte. Assim permanecerá até o início da votação de amanhã. É pena que não registre, como sua similar, o diálogo entre os pilotos e as causas de alterações ocorridas nos instrumentos de bordo antes do desastre.

Anarquia salarial

A folha de pagamento do funcionalismo público federal estourou este ano em Cz\$ 90 bilhões. O chefe da garagem do Senado, no Rio de Janeiro, ganha Cz\$ 138 mil mensais. O salário médio do Banerj, sob intervenção, é de Cz\$ 90 mil, contra Cz\$ 100 mil do Banco do Nordeste, Cz\$ 50 mil do Banco do Brasil e Cz\$ 19 mil no IBGE. Tem funcionário de ministério que recolhe mais de Imposto de Renda do que ganha seu chefe imediato.

Ricardo Noblat (interino)

Sarney e Ulysses prevêm vitória dos 5 anos

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização deverá aprovar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Esta é a conclusão a que chegaram o próprio Sarney e o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante uma conversa por telefone, ontem pela manhã. Os dois fizeram uma avaliação coincidente sobre as posições na comissão. Sarney disse estar tranquilo quanto ao resultado favorável e negou a Ulysses que tivesse ameaçado quem votasse a favor dos quatro anos.

Na noite anterior, o presidente explicou a um grupo de parlamentares do PMDB definidos pelos quatro anos por que insistia nos cinco anos: "Não fui eu quem fixou os cinco anos. Eu chamei o Ulysses e o Aureliano e pedi uma definição sobre o assunto, alegando os motivos que todos conhecem. Uma semana depois, os dois voltaram e disseram que o mandato ideal era cinco anos. Ficaram de trazer uma definição oficial da Aliança Democrática, mas, como demorou, eu tive que ir à televisão. Eu reclamei nesse pronunciamento da indefinição dos partidos, não quanto ao prazo, pois este já havia sido fixado pelos dois líderes da Aliança".

Cobrança — Participaram desse encontro, no Palácio da Alvorada, o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) e os deputados Antônio Mariz (PMDB-PB), Artur da Távola (PMDB-RJ), João Herrmann (PMDB-SP) e Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE). Durante a conversa, que durou cerca de duas horas e meia, não se falou sobre a duração do mandato, exceto na explicação de Sarney. Ele próprio tomou, no início, a iniciativa de sugerir isso: "Vamos retirar da conversa tudo sobre a votação de domingo".

Sarney ouviu as observações de cada um e concentrou-se particularmente na exposição de Artur da Távola, com a qual chegou, em alguns momentos, a concordar. Artur da Távola reclamou do fato de não haver a aliança natural com as forças envolvidas no processo de mudança porque o governo preferiu aliar-se, ou pelo menos dava essa impressão, com forças que estão à direita do PMDB e do setor dito moderno do PFL. Cobrou de Sarney uma postura mais ofensiva em termos de assumir a liderança dessas forças para manter uma relação saudável com o Legislativo.

O presidente respondeu que no início dos trabalhos da Constituinte tentou assumir essa liderança, mas foi aconselhado a não fazê-lo para evitar a interpretação de que estava se intrometendo nos seus trabalhos. Sarney por sua vez quis saber por que, apesar de seu empenho, o governo não conseguia se entender com as suas próprias forças de sustentação política.

A resposta veio rápida. Os parlamentares disseram que, já na instalação dos trabalhos da Constituinte, a comunicação entre governo e PMDB estava prejudicada pelo fato de o Gabinete Civil estar ocupado pelo atual presidente do partido que, nas bases, é o maior adversário do PMDB — o senador Marco Maciel, do PFL. Lembraram o fato de Sarney ter escolhido um líder do governo, dissociando essa função da liderança do partido na Câmara. E também que o Ministério da Justiça não conseguiu cumprir até hoje seu papel de coordenação política do governo.

Confronto — Os parlamentares tentaram convencer ainda o presidente de que o parlamentarismo era a melhor solução para o país e que, negociando sua adoção, a questão do mandato seria irrelevante. Sarney não se comprometera com a tese, mas informou que, por estarem as posições sendo definidas na Comissão de Sistematização, não era aconselhável tentar nenhum tipo de negociação agora, mas disse que espera um acordo quando o projeto de Constituição estiver sendo votado pelo plenário. Assegurou que o governo não busca o confronto com a Constituinte.

A convite do deputado Virgildário Sena (PMDB-BA), o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, reuniu-se de manhã com outro grupo de parlamentares do PMDB, coincidentemente também favorável a um mandato de quatro anos. Estavam presentes ao encontro, realizado no gabinete do líder do Senado, Fernando Henrique Cardoso, os senadores José Richa e Nelson Carneiro e os deputados Francisco Pinto, Egídio Ferreira Lima e Mauro Lima, além do deputado Artur da Távola, que participou do encontro com Sarney.

Governo traz de fora quem é pró-cinco anos

A maioria a favor dos cinco anos é tão frágil que assessores do presidente José Sarney convocaram três constituintes governistas que estão no exterior: Nilson Gibson, na Venezuela; Edme Tavares e Milton Reis, em Nova Iorque. Eles desembarcam em Brasília no início da noite de hoje para a votação de domingo.

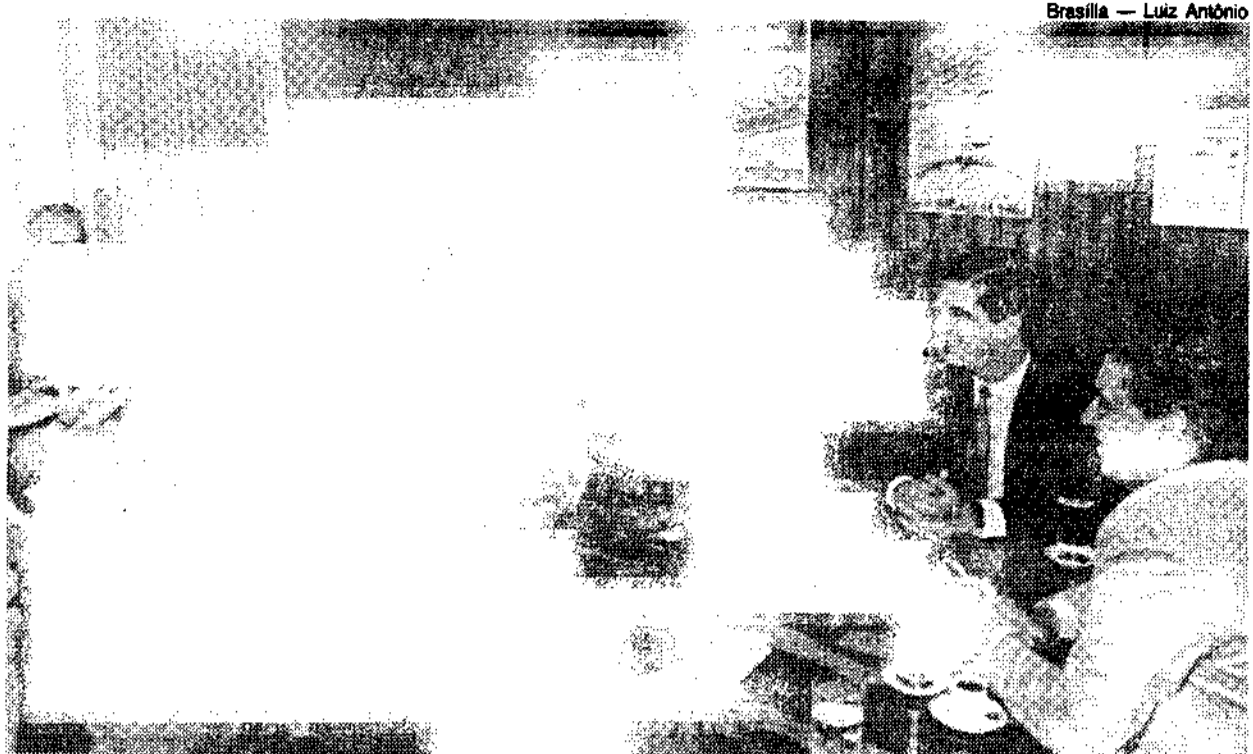
Os principais líderes do governo se empenharam ontem na contabilidade dos 93 votos da Sistematização. O cálculo indica 48 votos, ou seja, o mínimo exigido para aprovação dos cinco anos. Do lado contrário, a lista do gabinete do senador José Richa aponta 44 votos em favor dos quatro anos. Um cálculo, contudo, que pode ser alterado. "Cresceu a tendência em favor dos quatro", afirmou o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), no fim da tarde. Ele mesmo mudou de opinião, passando a admitir o voto nos quatro anos.

— Não foi isto que ele combinou comigo — afirmou Carlos Sant'Anna ao saber da mudança de Chico Pinto.

Indefinição — Por causa das oscilações, os cálculos à direita e à esquerda têm grande margem de erro. O senador Marco Maciel, presidente do PFL, por exemplo, mesmo sendo favorável aos quatro anos, liberou seus aliados. Isso fez com que Inocêncio de Oliveira (PE) e José Lins (CE) resolvesse apoiar os cinco anos. Aureliano Chaves fez o contrário e levou Mário Assad (MG), Oscar Corrêa e Francisco Benjamim para os cinco anos. O voto do deputado Paulo Pimentel (PR) era dado ontem como certo em favor dos quatro, mas pode ocorrer mudança. O paulista José Serra não muda: está indefinido nesta questão desde o início da Constituinte. O deputado Antônio Konder Reis (SC) ainda não sabe como votar: "Se não houver boa vontade com o parlamentarismo, fico com os quatro anos".

Mas há votos pró-cinco anos que a esquerda luta para reverter. O deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG) disse que Egídio Ferreira Lima (PE), Osvaldo Lima Filho (PE), José Ulysses de Oliveira (MG), são votos progressistas e poderão reverter para quatro. "Não há nada definido e estamos trabalhando", avisa Mosconi, apontando José Richa como o principal articulador em favor dos quatro anos. Os governadores também poderão influir. O deputado Celso Dourado (BA) atende a Waldir Pires, e Antônio Faria (PMB-PE) poderá votar como determinar o governador Miguel Arraes.

— A possibilidade de crescimento está do lado dos quatro anos — acredita o deputado Fernando Lyra mas o líder do PFL, José Lourenço, retruca: "Os cinco já são vitoriosos. A maioria é frágil mas estamos à frente".



Cardoso (D) disse a Costa Couto (direita) que governo tem preocupações menores

Tese dos 4 anos tem mais 3 votos

BRASÍLIA — Os defensores dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney partiram para a ofensiva no plenário da Comissão de Sistematização e reverteram o voto de três constituintes. A deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ), o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) e o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR) passaram a admitir a opção pelos quatro anos. Nos dois primeiros casos, o senador José Richa (PMDB-PR) teve atuação decisiva, argumentando que só com a vitória dos quatro anos Sarney aceitará a implantação do parlamentarismo ainda no seu governo.

Para ficar cinco anos, Sarney terá que conviver com um primeiro-ministro, na avaliação do deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC). Ele declarou que votará no mandato de quatro anos, porque se convenceu de que Sarney não tem boa vontade com o sistema parlamentar. "Só apoiaria cinco anos com parlamentarismo já", disse Konder Reis, coincidindo com a opinião de grande parcela da Comissão de Sistematização.

— Eu quero saber se o parlamentarismo será implantado imediatamente — indagou o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, durante conversa, pela manhã, no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

— Não estou autorizado a falar sobre isto — respondeu Costa Couto e passou a ouvir o que não queria.

— Se não houver negociação para a implantação do parlamentarismo eu, que estava favorável aos cinco anos, vou votar com os quatro anos — disse Francisco Pinto.

Golpe — O chefe do Gabinete Civil esteve no Congresso para desmentir que Sarney tivesse feito ameaças aos constituintes. Segundo Costa Couto, Sarney falou de alguns inimigos mas não atacou genericamente os constituintes. "Foi um equívoco", disse Francisco Pinto: "Eu quero saber se Sarney aposta num golpe de direita".

Final de contas ele está cercado por autocratas como Jorge Murad, Miguel Eitel, Saulo Ramos, José Lourenço e Antônio Carlos Magalhães. Se o voto em cinco anos significar um golpe presidencialista, eu não voto. Quero uma negociação em favor do parlamentarismo. Mais tarde, no plenário, Francisco Pinto conversou longamente com o senador José Richa, passando a admitir pela primeira vez o voto nos quatro anos.

"Estão procurando pretexto no sistema parlamentar para votar contra os cinco anos", comentou o deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara. Sant'Anna telefonara cedo para o deputado José Lourenço para saber do líder do PFL qual era a tendência de sua bancada. Eram 11h20min e Lourenço estava em seu gabinete esperando telefonema do ministro da Habitação, Prisco Vianna, quando Sant'Anna ligou. "So-

mos 20 votos no PFL", disse Lourenço, perguntando em seguida: "E os outros? Quantos são?"

48 votos — Na resposta de Sant'Anna, sugeriu 48 votos a favor dos cinco anos, já incluídos os do PFL. Os outros estão assim divididos: 23 do PMDB e cinco do PDS. O líder do governo acha que esse total pode subir para 50 dos 93 membros da Sistematização, com a adesão de dois deputados petebistas de São Paulo: Gasthone Righi e Joaquim Bevilacqua.

"Vou votar cinco porque sou parlamentarista", disse Righi no plenário, enquanto Bevilacqua ainda insiste em informar que permanece indefinido.

"Os cinco anos terão os 50 votos e serão aprovados de maneira apertada", afirma um dos governistas do Congresso, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ). Além das previsões dos dois lados — os defensores dos quatro anos já computavam ontem um total máximo de 44 votos — ainda há possibilidade de reversão do quadro.

No grupo do governador de São Paulo, Orestes Quercia, os deputados Theodoro Mendes e Manoel Moreira estavam irritados com as ameaças de Sarney. "É preciso respeito com o voto parlamentar", disse Theodoro, informando que fará opção independente sobre os temas da Constituinte, inclusive o mandato presidencial.

Votação de vida ou morte

Villas-Bôas Corrêa

O áspero recado presidencial, transmitido pelo habitualmente suave e tímido porta-voz Frola Neto, operou o milagre de, em um minuto, radicalizar a Constituinte, exasperando o racha e inflando de dramaticidade a rodada de votação de fim de semana da Comissão de Sistematização.

Curioso é que a Constituinte vinha conseguindo contornar todos os acentos à passionalidade. No plenário e das comissões que floresceram por artes do embrutado regimento interno, não aconteceu nem o choque entre partidos e nem o confronto ideológico. Só de uns dias para cá, com a rebelião do plenário, parecia inevitável o testa-testa com a Comissão de Sistematização.

Pois o governo atraiu, como um pára-raio com a vocação da tempestade, a primeira e decisiva confrontação polarizada.

Segundo o remexido calendário do dr Ulysses, domingo o mais tardar, a

Comissão de Sistematização terá que decidir, pelos votos dos seus 93 membros, se o mandato do presidente José Sarney murcha para o mínimo de quatro anos ou aterrissa nos cinco anos da imperiosa exigência do titular. Em seis anos, prazo da Constituição que agoniza, não mais se cogita, nem o próprio.

A volta do presidente Sarney, no mutirão dos amigos, assessores e familiares, anda uma azáfama de apreensões e esperanças. A briga vai ser para valer, e vale tudo. O presidente mudou, garantem os da intimidade, farto, operou de ser traído pelo PMDB e por legendas anexas. Não agüenta a dissimulada arrogância do dr. Ulysses a cobrar, exigir, impor e depois negacear na hora de pagar a conta da solidariedade e do apoio. É um outro presidente, irreconhecível na determinação de ir às últimas, empalpando de fato o comando e exercitando-o sem dó, sem hesitação e tibezias.

A tensão do palácio em pé de guerra, com nervos esticados como cordas de viola, envolveu a Comissão de Sistematização e imprimiu o tom para a decisão domingueira.

Não há mais recuos e nem dúvidas: o presidente Sarney trava a primeira das batalhas decisivas na Constituinte. A derrota do presidencialismo foi uma escaramuça que pegou o governo de raspão. Agora, não: o choque é frontal.

Sarney não pode perder uma votação que, até a véspera, permanecesse

oscilante. Não há prognósticos seguros. O governo confia nos seus sortilégios, largamente utilizados, para chegar acima de 50 votos dos 93. Mas, do outro lado da cerca, trabalha-se com uma previsão de vitória apertada dos quatro anos.

A radicalização crescente paralisou os entendimentos. Não se buscam mais fórmulas de composição. Um lado e outro articulam forças para a guerra.

A estratégia do governo é de uma iluminada transparência: a derrota na aprovação do parlamentarismo pela Comissão de Sistematização precisa ser compensada com a fixação do mandato do presidente Sarney em cinco anos. Se ganhar, Sarney, depois do suspiro de desafogo, poderá preparar-se para a decisão no plenário, quando jogará todos os trunfos para confirmar os cinco anos e derrotar o parlamentarismo.

Este risco que galvaniza os parlamentaristas e desafetos do presidente que mobilizados para liquidar o adversário da mudança do sistema de governo, impondo-lhe a derrota, por nocaute, dos quatro anos de mandato.

Não há meio-termo, um jeito de arrumar as coisas, partindo do bolo da vitória para distribuir as fatias da derrota. Para o presidente Sarney, na Constituinte, sou o instante da decisão. Ou ganha e recupera o cacife para o lance do plenário ou perde as últimas fichas e sai do jogo.

Sobral quer união nacional

O advogado Sobral Pinto acha que a gravidade da situação política é de tal natureza que os cidadãos devem se abster de atacar ou criticar o presidente da República. Sobral, que em 1984 emocionou a multidão reunida na Avenida Presidente Vargas para o comício pelas diretas do Rio de Janeiro, citando o preâmbulo da Constituição, segundo o qual "todo poder emana do povo", é contra campanhas por eleições diretas ou indiretas, para eleger este ou aquele candidato mais ambicioso de poder do que de solução dos graves problemas da nação, que eu resumiria numa só expressão: o bem comum do país.

Em manifesto à nação, o advogado afirma que a hora é de união nacional. A crítica ao presidente, a seus ministros, a dirigentes políticos aumenta "a anarquia moral e a desordem política e social que está conduzindo a vida da nação para um futuro terrivelmente perigoso", afirma o manifesto:

"A situação política e econômica do país é extremamente grave, não devendo, por isto, nenhum cidadão atacar, criticar ou censurar o presidente da República.

A nação necessita de uma autoridade prestigiada que possa tomar, quer no ambiente político, quer na área econômica, as medidas corajosas, adequadas a contribuir para a disciplina dos partidos e a ordem moral e política de que está necessitada.

Se eu tivesse prestígio político, moral, social e econômico de uma pessoa que merecesse a credibilidade, a admiração, o respeito e a solidariedade dos seus conacionais, eu reuniria o presidente da República, alguns de seus ministros, entre eles os ministros militares, e os presidentes de todos os partidos para lhes declarar que a hora é de união nacional e não de propaganda de eleições diretas ou indiretas, para eleger este ou aquele candidato mais ambicioso de poder do que de solução dos graves problemas da nação, que eu resumiria numa só expressão: o bem comum do país.

Criticar nesta hora o presidente da República, os ministros de estado, os chefes dos partidos políticos, os parlamentares de maior ou menor prestígio, é aumentar a anarquia moral e a desordem política e social que está conduzindo a vida da nação para um futuro terrivelmente perigoso, porque estará concorrendo para destruir a pouca autoridade que ainda resta no seio da nação brasileira."

H. L. M. S. J.

Presidencialismo ganha em enquete

O presidencialismo ganhou do parlamentarismo por apenas quatro votos em enquete realizada pelo Centro Pró-Memória da Constituinte, na tarde de ontem, no centro da cidade. Dos 268 votantes, 129 deram seu sim ao regime presidencialista, enquanto 125 escolheram o parlamentarismo. Um total de 193 pessoas, respondendo a outra pergunta do questionário, disseram que a matéria deve ser decidida em plebiscito.

O gari Jorge Antônio Oliveira, 32, deixou seu carrinho de lixo por um momento para votar. Ao receber o papel, ele coçou a cabeça, mãos trêmulas ao marcar o sim na primeira questão: "Você sabe o que é parlamentarismo?" Jorge confessou que não estava "muito por dentro", mas havia escolhido o parlamentarismo para mudar. "Antes eram os militares e não estava bom. Presidencialismo é coisa de militar, não é? Ai eu votei contra."

O advogado Marcos Veloso, 46, escolheu o parlamentarismo porque acha que "o presidencialismo falou no mundo inteiro, lançou os Estados Unidos em duas guerras — Coreia e Vietnã — e é um sistema de culto à personalidade". O Centro Pró-Memória da Constituinte pretende levar sua enquete a outros pontos da cidade.

CUBA

CULTURA & LAZER

As 2 faces de Cuba estão sendo reveladas pelo SKY. A bela ilha tropical convida você a programas turísticos ou a participar de sua movimentada agenda cultural. Ilha de Cuba. Realize sua fantasia.

EVENTOS CULTURAIS
 CONGRESSO PANAMERICANO DE ANGIOLOGIA - 27 NOV. A 4 OZ.
 FEIRA INTERN. DE HAVANA - 01 A 08 NOV.
 CONFERÊNCIA INTERN. DE ENGENHARIA - 09 A 13 NOV.
 CONGRESSO DE ESTRADAS DE FERRO - 14 A 22 NOV.
 EXPOSIÇÃO INTERN. DE VASILHAMES E EMBALAGENS 24 A 28 NOV.

TRATAMENTO DO VITILIGO SAÍDAS SEMANAIS

CUBA TODA ILHA
 CIENFUEGOS, CIEGO DE AVILA, SANTIAGO DE CUBA, HOLGUIN, HAVANA

SAÍDAS 4º FEIRAS VIA LIMA/PANAMÁ COM A VARIG

262-9677
 Av. N.º Pecarino 50/509
 SKY Turismo Ed. Ce. Poah. (1987) 0001